

A ordem é arrumar a casa

Sem regulação, oferta cresce em progressão geométrica, sobre etanol no mercado e investidores desaceleram projetos já anunciados.

Parte dos projetos anunciados para produção de etanos no Brasil e também nos Estados Unidos não deverá sair do papel. Em Goiás, chegou-se a mencionar a possibilidade de instalação de quase 90 usinas, mas 28 projetos já foram instalados ou se encontra, e, fase implantação. Por enquanto. Alguns "novatos", sem experiência no setor, deverão mesmo engavetar seus planos, mas há motivos para acreditar que parte daqueles projetos ainda poderá se transformar em realidade em médio prazo. A disparada mais recente dos preços internacionais do petróleo, que se aproximam da barreira dos US\$ 100 o barril, um recorde histórico, assegura viabilidade a fontes alternativas de combustível, com destaque para o álcool produzido a partir da cana.

Depois da euforia que sacudiu o mercado de etanol em todo o mundo, verifica-se um refluxo natural, na visão, por exemplo, da União da Indústria d Cana-de-açúcar (Unica), exatamente porque a oferta disparou à frente da capacidade de consumo, derrubando preços e encolhendo margens de lucro. Para complicar, a promessa de criação de um mercado amplo e global para o produto ainda está longe de se concretizar.

O desajuste, considerado conjuntural, no entanto, ameaça se prolongar por mais prazo do que poderia ser aceitável pela indústria do setor, ainda que empresários experientes reforcem suas apostas. O Grupo Cosan, maior produtor de açúcar e álcool do País, com 18 usinas e capacidade para moer 41 milhões de toneladas de cana (80% mais do que toda safra prevista para Goiás), já confirmou os três projetos anunciados para o Estado, num investimento total de Us\$ 650 milhões.

Empresário, governo, ex-ministros e economistas dividem-se quando a questão é estabelecer marcos regulatórios. Delfin Netto e Antônio Palocci, ex- ministros da Fazenda, acreditam que o governo deve interferir o mínimo necessário no setor, deixando ao mercado regular questões como excessos de oferta (e, portanto, eventuais períodos de escassez).

Recentemente, o Ministério de Meio Ambiente parece ter vencido a queda-de-braço com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), conseguindo incluir na regulamentação do zoneamento agroecológico do setor a proibição do plantio de cana na região amazônica e no Pantanal. Em Goiás, o debate ainda não se esgotou e o governo estadual reafirma a proposta, ainda não trazida a público, de regular o avanço da cana estabelecendo áreas mais propícias ao seu cultivo, distâncias mínimas entre as unidades de produção e uma política de

incentivos diferenciados como a região onde as usinas pretendem se instalar.

As questões ambiental e trabalhista são outro problema. O Grupo Cosan antecipa que suas usinas em Goiás antecipam que suas usinas em Goiás irão operar quase 100% de mecanização na colheita da cana, o que ameniza substancialmente impactos ambientais e reduz a necessidade de mão-de-obra, que em geral trabalha sob condições extenuantes no campo. Cabe aos governos federal e estadual, entendem empresários do setor, estabelecer fiscalização rigorosa para evitar abusos nos dois setores, algo ainda a ser averiguado na prática.

'Excedente' - Os desafios, no entanto, são vários, mesmo que as possibilidades sejam amplas o suficiente para manter investidores animados. As projeções mais recentes preparadas pela Unica indicam que o excedente exportável de etanol no Brasil deverá saltar de 3,7 milhões de litros na safra 2006/2007, já concluída, para 6,5 bilhões de litros em 2010/2011, praticamente dobrando para 12,3 bilhões de litros nas cinco safras seguintes, quando o País deverá produzir 46,9 bilhões de litros para um consumo doméstico de 34,6 bilhões de litros. A "sobra" de álcool, que representou 20,7% da produção na safra passada, saltará para o correspondente a 26,2% em 2015/2016.

Será preciso encontrar mercado para o álcool produzido, tarefa nada trivial ao se levar em conta a emergência de novos concorrentes no cenário mundial; a verdadeira montanha de subsídios engatilhada pelos maiores mercados (Estados Unidos e União Européia) para financiar a produção local e reduzir a dependência em relação ao produto importado, além do renitente protecionismo adotado pelos países desenvolvidos. Apenas o governo americano despejará perto de US\$ 82 bilhões, entre 2006 e 2012, para subsidiar a produção de etanol a partir do milho, significando o equivalente a 66% do preço de mercado do álcool.

Segundo levantamento do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), todos os maiores mercados potenciais impõem tarifas agressivas sobre a importação de etanol, com destaque para a União Européia, onde as compras externas são taxadas em 63%. Na China, nos Estados Unidos, na Índia e no Japão, pela ordem, a tarifa chega a 440%, 39%, 30% e 27,2%. O projeto nacional definido por aqueles países para a área energética e, mais especificamente, para o setor de combustíveis não contempla importações em larga escala e busca soluções comerciais e tecnológicas que tenderão a permitir a redução da dependência em relação a terceiros mercados a um mínimo possível.

É nesse contexto que devem ser avaliadas as declarações recentes de executivos da segunda maior montadora do mundo e maior fabricante de veículos do Japão. Segundo esses porta-vozes, a Toyota não demonstra disposição mínima para incentivar o governo japonês a ampliar as

importações de álcool. Prefere, antes, apostar na tecnologia - que já adota há uma década - de produção de motores híbridos, movidos a gasolina e energia elétrica. Diante da proximidade que os grandes grupos econômicos japoneses ainda preservam em relação ao governo, não é uma aposta de alto risco concluir que a Toyota não fala apenas por si nessa questão.

Os EUA seguem caminho semelhante, apostando, de quebra, na produção de álcool a partir de resíduos da produção agrícola para otimizar sua base industrial e ganhar eficiência no processamento. Devido aos subsídios literalmente bilionários destinados ao setor, o país deverá ostentar em 2009, capacidade para produzir aproximadamente 51 bilhões de litros de etanol, cerca de 95% maiores do que a do parque instalado em 2007, que pode processar o correspondente a 26,2 bilhões de litros, já próximo da meta de 28,4 bilhões de litros estabelecidos para 2012.

'Em baixa' - O avanço acelerado da oferta, resultante da onda de euforia que o mercado decidiu surfar a partir de 2004, criou, já em 2007, os primeiros excedentes mundiais de etanol. As estimativas da consultoria Kingsman indicam que o mundo deverá encerrar 2007 com uma produção de 48 bilhões de litros para um consumo de 45,6 bilhões, deixando um estoque de passagem de 2,4 bilhões de litros, o que explica a queda recente dos preços do álcool no mercado global. Além disso, as cotações internacionais do açúcar, que historicamente serviram como parâmetro para o mercado de álcool, estão em baixa, criando uma atmosfera pouco amistosa para quem desembarcou tardiamente no setor. Com margens apertadas ou negativas, a desaceleração dos investimentos na cadeia tornou-se uma consequência lógica.

Em Goiás, até meados de outubro, 20 empresas já haviam firmado contrato com a Agência de Fomento de Goiás S/A (GoiásFomento), trazendo investimentos fixos de R\$ 1,744 bilhão em roca de incentivos fiscais quase quatro vezes maiores, num total de R\$ 6,797 bilhões. Espalhados por 16 municípios, a maioria concentrada nas regiões central e sudoeste do Estado, as usinas contratadas deverão gerar 26,073 empregos diretos. Embora expressivo, o número fica bastante aquém das projeções que chegaram a circular na imprensa e meios oficiais.

Nos primeiros nove meses deste ano, as exportações de álcool etílico renderam a Goiás US\$ 5 milhões, para um volume embarcado de 12,152 milhões de litros, perto de 1,5% da produção goiana. Apesar das condições menos favoráveis no mercado mundial, as exportações brasileiras de álcool etílico aumentaram 9,75% em valor e 18,8% em volume, somando US\$ 1,162 bilhão (US\$ 1,059 bilhão em 2006) para 1,73 bilhão de litros (1,45 bilhão de litros nos mesmos nove meses do ano passado). Os preços médios caíram 8% em média.

Desde 2000, as exportações aumentaram 46 vezes em valor e 15 vezes em volume, trazendo para o País, em 2006, receitas de US\$ 1,605 bilhão, diante de apenas US\$ 34,786 milhões em 2000. Os embarques subiram de 113,2 milhões para 2,162 bilhões de litros.